

INTRODUÇÃO

A efetividade dos direitos humanos depende fortemente do envolvimento da sociedade civil na sua conquista, advogando em favor dos grupos excluídos e invisíveis. A universidade tem o dever de produzir conhecimento aliada à sociedade (SANTOS, 2004), atuando por meio da extensão que, segundo o art. 207 da Constituição Federal, é um dos pilares da instituição¹.

No intuito de discutir o papel da extensão universitária na efetivação dos direitos humanos, em especial do direito ao trabalho e à moradia digna, será apresentada uma experiência do Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG. O referido programa realiza atividades de pesquisa e extensão em diversas comunidades de Belo Horizonte (MG), dentre as quais se destaca a Vila Acaba Mundo, onde é desenvolvido um projeto cujo objetivo principal é a regularização fundiária sustentável.

PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA: A EXTENSÃO A SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO

O Programa Polos de Cidadania foi criado em 1995 como um projeto institucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O seu objetivo é desenvolver atividades de pesquisa e extensão de forma integrada, promovendo a inclusão social e a emancipação de grupos sociais com histórico de exclusão e trajetória de risco. Interinstitucional e interdisciplinar, o Polos atua em parceria com outras unidades da UFMG, com instituições públicas e privadas de ensino superior e com instituições da Administração Pública. Sua equipe é formada por graduandos, pós-graduandos e profissionais de Direito, Sociologia, Comunicação Social, Economia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Administração, Serviço Social, Engenharia de Produção e Teatro.

Em razão de sua abrangência, o Programa Polos de Cidadania constitui-se por eixos temáticos que podem ser renovados ou recriados por meio de diferentes projetos, de acordo com demandas de interesse público, formuladas diretamente pelas comunidades ou por outras organizações

parceiras. Os eixos temáticos são: minimização de violências; defesa e promoção dos direitos das minorias; regularização fundiária sustentável; trabalho e geração de renda, arte e cidadania e comunicação para mobilização social.

Um dos projetos do Programa Polos ocorre na Vila Acaba Mundo, favela que ocupa informalmente uma área nobre de Belo Horizonte (MG). A ocupação da área iniciou-se com a instalação de mineradoras em meados de 1940, principalmente com a vinda de diversos trabalhadores do interior do estado ou de outras partes do país. A Vila possui aproximadamente 1.400 moradores², e suas condições precárias contrastam com a infraestrutura dos prédios de classe média-alta do seu entorno. Apesar do longo tempo em que vivem na região, os moradores são constantemente ameaçados de expulsão. Atualmente, há mandados judiciais para a demolição do barraco de 71 famílias da Vila Acaba Mundo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A BUSCA DE UMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL

A principal atividade desenvolvida pelo Programa Polos na Vila Acaba

Mundo é a regularização fundiária. Porém, é necessário que a regularização venha acompanhada de ações que garantam a sua sustentabilidade, permitindo que os moradores consigam manter dignamente suas casas após conquistarem a segurança da posse.

Emerge, então, como ponto crucial, em uma comunidade marcada pelo desemprego e pela ausência de fontes alternativas de renda, o direito ao trabalho. No mundo contemporâneo, não se pode pensar a dignidade sem trazer à discussão o direito ao trabalho, que é instrumento que permite o desenvolvimento da pessoa humana, além de sua participação efetiva na organização política, econômica, cultural e social da cidade. Ademais, o trabalho pode ser “um instrumento de justiça social, pois contribui para a implementação de níveis razoáveis de distribuição de renda e de bem-estar social em favor de suas respectivas populações”. (DELGADO, 2006)

Ressalte-se que a vinculação do trabalho e do emprego à dignidade do ser humano e à estruturação da vida social e econômica se constitui como sustentáculo teórico e prático para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Na Vila Acaba Mundo, o caminho

mais promissor para a consecução de uma regularização fundiária sustentável, que leve em consideração a relação recíproca entre o direito ao trabalho e o direito a uma existência digna, tem sido trilhado pela via da Economia Solidária. A geração de renda pelo trabalho cooperado, além de suprir uma necessidade econômica, cria vínculos importantes para que a comunidade sinta-se mobilizada a lutar pelo seu direito à moradia e não abandone o local no caso da efetivação da regularização dos terrenos, como ocorre em muitas experiências de regularização fundiária em regiões carentes.

A VILA ACABA MUNDO E O MUNDO DO TRABALHO

Gente humilde, discriminada, ignorada.../ [...] E eu aqui sentado/ no chão do meu barraco/ com minha dignidade em pedaços/ minha mente confusa/ sem saber quem sou/ sem saber o que faço/ se sou um homem se sou um rato. (José da Silva, morador da Vila Acaba Mundo. Favela)

Na Vila Acaba Mundo, a necessidade de efetivação do direito ao trabalho, como forma de garantir uma existência digna aos moradores, adquire contornos explícitos. Segundo dados do diagnóstico realizado pelo Fórum de Entidades do Entorno da Vila Acaba Mundo (Femam), os chefes de família da Vila apresentam uma renda média de R\$ 361,00 e 77% deles nunca fizeram nenhum tipo de curso profissionalizante nem possuem qualquer qualificação profissional. Em relação à situação ocupacional, destaca-se um quadro de grande vulnerabilidade: apenas 54% dos chefes de família encontram-se empregados, sendo que menos da metade com carteira assinada.

Para enfrentar tal situação, o Polos busca tecnologias sociais adequadas para efetivar o direito fundamental ao trabalho digno dos homens e

mulheres moradores da Vila. Para alcançar essa meta, elegeram-se as seguintes frentes de ação:

a. disseminação de informação qualificada sobre os Direitos Fundamentais, Direito do Trabalho e acesso à Justiça do Trabalho, nos casos de violação de direitos;

b. constituição e fortalecimento de associações voltadas para a geração de trabalho e renda, nos marcos da Economia Popular Solidária.

Os empreendimentos econômicos solidários podem ser definidos como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (EID; GALLO, 2001). Um dos focos principais desses empreendimentos é a instauração de práticas solidárias e de um processo emancipatório dos sujeitos individuais e coletivos, indispensáveis à constituição de capitais social e humano³.

De acordo com a coordenadora do Programa Polos:

Entende-se por emancipação a capacidade de permanente reavaliação das estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas de seu entorno, com o propósito de ampliação das condições jurídico-democráticas de sua comunidade e de aprofundamento da organização e do associativismo com o objetivo de efetivação das lutas políticas pelas mudanças essenciais na vida dessa sociedade para sua inclusão efetiva no contexto social mais abrangente. (GUSTIN, 2005)

Essa perspectiva fez com que o Programa Polos optasse por trabalhar nos moldes da Economia Solidária, que se configura como um movimento que traz em seu cerne a problematização e a revisão de práticas sociais consolidadas pela sociedade moderna capitalista. Ademais, a Economia Solidária se oferece como um espaço para a descoberta e a construção do novo, compreendido

com ressignificação da produção, da comercialização e da vida e organização em sociedade.

Segundo Singer, a Economia Solidária pode ser entendida como um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática, baseada em valores que são opostos aos alimentados pela lógica de mercado, hegemônica atualmente (SINGER, 2005). Nesse sentido, o trabalho apresenta um potencial privilegiado para os processos de formação cidadã e emancipação de grupos sociais excluídos.

A Economia Solidária, por meio de seus princípios e práticas, tem se construído como um espaço de amplas possibilidades para os processos emancipatórios de grupos historicamente excluídos. As opções de geração de emprego e renda, que se limitam à inclusão dos trabalhadores nos postos de trabalho do mercado formal, deixam, muitas vezes, de possibilitar a reflexão sobre o lugar do sujeito excluído dentro da sociedade e sobre a superação de sua condição.

Marcos Arruda, argumentando em favor do desenvolvimento comunitário autogestionário, explica que a inclusão social via mercado não deve ser a única forma de combater a exclusão. Segundo Arruda, "o único caminho verdadeiro e sustentável de superar a exclusão social é emancipar o trabalho humano da submissão". (ARRUDA, 2000) (grifo nosso) Ademais, contrariando a lógica capitalista de apropriação da natureza, que, devido à busca desenfreada pelo lucro, produziu tanta degradação ambiental, a Economia Solidária traz como um de seus princípios o respeito ao meio ambiente, por intermédio de uma utilização consciente e responsável dos recursos naturais. Outro aspecto que merece atenção é que as cooperativas populares vêm emergindo como uma forma de organização da produção, que admite

momentos de descontração e alegria, isto é, uma combinação do lúdico com o trabalho. Este fato enseja uma das dimensões da ressignificação do trabalho, incluindo neste a dimensão do lazer, o que é essencial para a realização pessoal dos trabalhadores. Nas oficinas de educação cooperativista, constantemente realizadas pelos projetos, o lúdico também é enfatizado.

Tendo a Economia Solidária como matriz de atuação, as atividades do Programa Polos, na Vila Acaba Mundo, visam:

a. estimular e apoiar a organização dos moradores, a mobilização social, as oportunidades de geração de renda estável, a participação nas políticas públicas de geração de trabalho e renda; a defesa e promoção dos direitos fundamentais, sobretudo dos direitos fundamentais ao trabalho e à moradia.

b. ter uma atuação na comunidade que ultrapasse o âmbito das ações conjunturalmente emergenciais. Os resultados devem processar-se de forma enraizada e permanente no cotidiano da Vila, mediante a discussão para uma possível revisão das práticas sociais trabalhistas no sentido de favorecer a comunicação, a mobilização e a organização popular, consolidando a cidadania. Enfoca-se, principalmente, a instauração de práticas solidárias e o processo emancipatório dos sujeitos individuais e coletivos, indispensáveis à constituição de capitais social e humano.

Nesse sentido, o Polos deu início à frente “trabalho e geração de renda” na Vila Acaba Mundo, incentivando a formação de grupos produtivos nos moldes da economia solidária.

METODOLOGIA

O trabalho na Vila Acaba Mundo segue a metodologia geral do Programa Polos de Cidadania, tendo como ênfase a

pesquisa-ação. A pesquisa-ação:

(...) favorece a resolução de problemas coletivos, transformações de realidades emergentes e a produção de conhecimento. Sua diferença das demais é que: a) a resolução do problema coletivo em foco é feita solidária e cooperativamente; b) a emergência de novas comunidades, grupos, instituições etc., por intermédio da pesquisa-ação, é duplamente auxiliada: a pesquisa lhe permite conhecimento dos resultados das investigações no campo jurídico e das ações dos pesquisadores, ao mesmo tempo, autoconhecimento de suas condições, possibilitando sua própria autocrítica; a ação (ou atuação) complementa os dados da pesquisa e permite o acesso a conhecimentos necessários à sua própria estruturação e à sua prática. O conhecimento produzido é revertido em benefício não só da equipe pesquisadora, mas também da equipe participante da situação investigada. (GUSTIN e DIAS, 2006)

Na pesquisa-ação, não há separação entre pesquisados e pesquisadores, pois todos são considerados sujeitos do processo. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2000), é necessário, nesse momento de crise dos paradigmas da sociedade moderna capitalista, buscar uma racionalidade mais plural, um conhecimento compreensivo que não nos separe e sim nos una pessoalmente ao que estudamos. Nesse sentido, o autor chega a falar de uma “ecologia de saberes”, ou seja, do diálogo entre sistemas de saberes de origens diferentes, e não apenas científicos. A ecologia de saberes, no entender de Boaventura de Sousa Santos (2004), é:

(...) uma extensão ao contrário (...) que consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc...) que circulam na sociedade.

A metodologia da pesquisa-ação interage com a de constituição de capitais social e humano. Compreendida

a partir da existência de relações de intercompreensão e de estabilidade entre os indivíduos, grupos e organizações de uma comunidade, a metodologia de constituição de capitais social e humano, adaptada a partir das ideias de James S. Coleman, Pierre Bourdieu e, especialmente, de Nancy Cardia, valoriza as interações sociais formais e informais, como, por exemplo, a solidariedade entre vizinhos ou a presença de entidades associativas organizadas. Entende-se que uma comunidade com capitais social e humano plenamente constituídos é dotada de autonomia crítica e se emancipa, possuindo senso de responsabilidade sobre seus rumos. A comunidade passa a atuar como sujeito compreensivo e ativo em seu meio social.

Na constituição e consolidação dos grupos de geração de renda, utiliza-se a Metodologia de Incubação de Empreendimentos Solidários, que, originariamente, baseou-se na experiência da incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para tanto, é valorizado um processo contínuo de formação dos grupos, por meio de capacitações técnicas e formação política. Parte-se da compreensão que a educação popular emancipadora tem como um dos seus objetivos questionar a atual lógica excludente do mercado e, como consequência, criar alternativas para ela, sendo que, para tanto, é necessário um aprendizado não somente técnico, mas também de definição e redefinição de um projeto político relativo à possibilidade de, mesmo no interior de uma sociedade de mercado, estabelecer novas relações sociais e econômicas.

Nesse sentido, o processo coletivo de formação dos grupos é fundamental para que possam elaborar seu projeto político, como empreendimentos solidários, e colocá-lo em prática. Acredita-se que quanto mais claro e sincero for o envolvimento

dos grupos com este ideal compartilhado, maior será a solidariedade e a cooperação no trabalho associado, o que, conseqüentemente, tornará viáveis os empreendimentos solidários.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS

Cooperativa como o próprio nome diz/ é um lugar onde existe autogestão/ Cada um cuida de seu próprio nariz/ não confunda liderança com patrão. (Letra de música escrita pela Trupe a Torto e a Direito, teatro do Programa Polos de Cidadania)

No início do processo de incubação de cooperativas na Vila Acaba Mundo, o Polos procurou sensibilizar os moradores para a possibilidade da formação de cooperativas como alternativa para a geração de renda, uma vez que o cooperativismo baseia-se em formas econômicas não capitalistas e optam por formas de organização pluralistas. Nesse sentido, foram apresentados aos moradores os princípios do cooperativismo, as vantagens e dificuldades dessa forma de produção e, ainda, as possíveis atividades a serem desenvolvidas na Vila por grupos cooperados. Segundo Birchall, citado por Boaventura Sousa Santos:

Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (BIRCHALL, 1997, p. 65). Estes valores plasmam-se em um conjunto de sete princípios que tem guiado o funcionamento das cooperativas de todo o mundo desde que a sua versão inicial foi enunciada pelos primeiros cooperados contemporâneos, os pioneiros de Rochdale. Esses princípios são: o vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, indepen-

dentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proventos; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva –; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (BIRCHALL, 1997)

Aos poucos, foi sendo construído no grupo um consenso sobre a viabilidade do cooperativismo como proposta de geração de renda para a comunidade, e foram definidas as atividades produtivas que os grupos gostariam de desenvolver, tendo se destacado a costura, a horta e a culinária. A partir daí, foi realizado um estudo de viabilidade econômica sobre as atividades escolhidas e um curso básico sobre noções do cooperativismo, que abordou os seguintes temas: a) história do trabalho; b) surgimento do cooperativismo e princípios cooperativistas; c) aspectos jurídicos das cooperativas; d) aspectos administrativos e financeiros.

GRUPO RETALHOS DA VILA

O Retalhos da Vila é um grupo de costura, criado há quatro anos e que tinha como finalidade a produção de adornos para casas, colchas, mantas, almofadas, embalagens de presentes e outros produtos. Suas próprias integrantes escolheram o nome Retalhos da Vila e participaram do processo de criação de uma logomarca para o grupo. As mulheres se reuniam de segunda à sexta-feira e tinham o acompanhamento semanal da equipe do projeto. Durante a costura, conversavam sobre as impres-

sões e perspectivas de cada uma, as dificuldades, os desejos, como elas veem os resultados de seu trabalho e como podem melhorá-lo.

No início de 2007, o grupo realizou um curso de *patchwork* – técnica de costura com retalhos, que lhe possibilitou grande aprimoramento na qualidade dos produtos que vinham fabricando e abriu portas para colocarem seus produtos à venda em lojas de Belo Horizonte. Os ganhos provenientes das vendas foram divididos entre as integrantes de forma proporcional à presença no grupo.

Todavia, problemas com as aulas de *patchwork* fizeram com que as integrantes não concluíssem o curso, o que contribuiu para a desmobilização do grupo, já que não conseguiam concluir as peças com perfeição. Com isso, algumas integrantes se distanciaram do grupo, permanecendo apenas três delas. As remanescentes se reuniam regularmente, mas, por falta de técnica e quantidade de pessoas, não conseguiam produzir em escala suficiente para abastecer o mercado. Além disso, os produtos fabricados eram muito sofisticados e tinham um alto custo de produção, o que impossibilitava sua venda na própria Vila. O grupo enfraqueceu-se e passou quase todo o ano de 2008 parado.

Em decorrência disso, no início de 2009, as integrantes do grupo demandaram um curso de corte e costura convencional para que pudessem criar produtos mais próximos da realidade da favela, na qual se identificam. Esse curso, que começará em breve, acontecerá em uma sala construída para o grupo na sede do Femam.

A equipe do projeto identificou, como resultado das atividades desenvolvidas no grupo de costura, importantes transformações no comportamento das mulheres. Acostumadas, principalmente, ao empenho em trabalhos domésticos, com o surgimento de oportunidades de emprego no mercado formal, elas passaram a se de-

dicar a uma atividade em que, sem as exigências de um patrão, podem desenvolver a sua criatividade. Reconhecem, assim, nas suas peças, o resultado de uma experiência muito mais intuitiva e autônoma.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há vários desafios a serem superados, tais como a mobilização e a ampliação do número de integrantes do grupo, a obtenção de máquinas de costura necessárias para que se dê início às atividades, e a realização de novas capacitações em corte e costura e cooperativismo.

GRUPO ITAI

O Itai, grupo criado no final de 2006, tem como objetivo a produção de sabonetes a partir de ervas medicinais. A ideia da criação do grupo surgiu de um curso de agricultura urbana, cuja duração foi de três meses. O curso foi oferecido pelo grupo Semear, através do Polos, em função da demanda dos moradores da Vila, que por meio do diagnóstico e de reuniões posteriores, revelaram uma grande afinidade com o trabalho com plantas e um valioso saber popular sobre a natureza e seus poderes de cura.

O grupo é responsável por grande parte das etapas de produção, desde o cultivo das ervas até a embalagem dos produtos. O nome Itai foi escolhido pelas integrantes do grupo, por acreditarem que seu significado seja, em tupi, matas e florestas⁴, refletindo a preocupação do grupo com o meio ambiente. Essa unidade produtiva tem vendido seus produtos para a própria comunidade e, por meio de encomendas, para feiras e empresas. A partir de uma demanda do próprio grupo, desde o início de 2009, o Polos realiza reuniões nas sextas-feiras com o intuito de dar capacitações sobre conceitos de administração, Economia Solidária, cooperativismo. Após os encontros, são realizadas atividades para fortalecer a identidade

coletiva do grupo e incentivar sua percepção crítica da realidade. Esse é um momento que deve retratar de forma sintética, os valores e princípios que estão sendo desenvolvidos pelo trabalho com o grupo, destacando-se os valores cooperativistas e ecológicos. Nessas reuniões, avaliam o trabalho do dia, leem um texto, fazem um lanche comunitário ou uma oração. Aos sábados, se reúnem para produzir os sabonetes.

Entre os problemas enfrentados pelo grupo está a dificuldade de escoar a produção, de organizar contabilmente as finanças e de adquirir insumos. Além disso, os limites da atuação do Programa Polos frente ao grupo têm sido frequentemente problematizados, no intuito de não haver uma intervenção excessiva nele.

HORTA COMUNITÁRIA

No início de 2008, o Programa Polos capacitou, em parceria com a Emater-MG, seis lideranças da comunidade em cultivo orgânico de hortas domésticas. Essas lideranças demandaram um espaço comunitário para produção, onde atuariam como multiplicadores do conhecimento recebido.

A Horta Comunitária iniciou sua produção em meados de 2008 em um terreno abandonado da Vila Acaba Mundo, que estava se tornando depósito de lixo. O terreno localiza-se do lado da casa de um dos moradores ameaçado de ser retirado do terreno onde vive há mais de vinte anos. O envolvimento desse morador com a luta pela moradia lhe propiciou enorme conscientização acerca das injustiças vividas pelos moradores de favelas, impulsionando-lhe a participar de forma intensa das demais atividades da Vila Acaba Mundo.

A Horta Comunitária é acompanhada pelo grupo Semear, que já tem experiência em agricultura urbana em Belo

Horizonte. Os moradores estão, no momento, escrevendo uma Carta de Princípios, onde estabelecem os objetivos e as normas que regem a Horta Comunitária. Após o trabalho, que ocorre aos domingos, é feito um momento de reflexão, que é mais politizado do que nos outros grupos produtivos, provavelmente devido ao envolvimento dos integrantes da horta na luta pela regularização fundiária.

O projeto da Horta encontra-se em fase inicial. Os primeiros problemas e os primeiros êxitos estão surgindo agora e apontam para a necessidade de rememorar as experiências anteriores com os outros grupos. Desse modo, pretende-se evitar práticas assistencialistas, por vezes reconhecidas em nossas próprias ações, prejudiciais ao desenvolvimento autônomo e emancipatório dos grupos.

COOPERAÇÃO E CIDADANIA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO E DA VIDA

Percebe-se que os grupos produtivos têm impulsionado a participação de seus integrantes no processo sociopolítico da comunidade. O convívio proporciona a coletivização dos problemas vividos e a reflexão acerca das diversas questões relacionadas ao cotidiano da Vila Acaba Mundo. Além disso, as atividades desenvolvidas nos grupos permitiram que muitos moradores da Vila resgatassem sua autoestima e se sentissem motivados a desenvolver capacidades até então abandonadas. Nesse sentido, o trabalho realizado de forma cooperada mostrou-se um permanente exercício de cidadania, de construção de um novo sujeito.

No grupo Itai, cinco integrantes, estimuladas pelo trabalho, voltaram a estudar e fizeram um curso de agricultura biodinâmica, no intuito de aprofundar seus conhecimentos. No Retalhos da Vila, as mulheres redes-

cobriram sua capacidade de criar, combinar cores e estampas, fazendo do trabalho uma verdadeira arte. Além disso, passaram a integrar os fóruns de discussão da comunidade e a participar de mobilizações políticas. Recentemente, a população da Vila compareceu com um número bastante representativo à Câmara Municipal de Belo Horizonte para a Audiência Pública que tratava da regularização dos terrenos onde moram.

O Programa Polos de Cidadania considera imprescindível que a discussão de temas relacionados aos direitos fundamentais, à cidadania e aos problemas específicos vividos pela comunidade acompanhe o trabalho realizado pelos grupos de geração de renda. Acredita que tal discussão fortalece a interiorização dos valores cooperativistas, sustentando a vin-

culação dos integrantes aos grupos produtivos, além de aperfeiçoar o indivíduo enquanto agente e não objeto da sociedade.

O Polos acredita no trabalho como um instrumento capaz de auxiliar os moradores das comunidades a superarem os obstáculos que limitam a liberdade e igualdade entre os cidadãos e que impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua participação efetiva na organização política, econômica, cultural e social da cidade. O projeto procura, assim, resgatar a subjetividade dos indivíduos, perseguindo uma ideia de trabalho que propicie a superação e, não, a reprodução da alienação. Busca-se o trabalho que possibilite o crescimento pessoal e comunitário, afastando suas facetas atuais que teimam em nos lembrar de sua origem etimológica – *tripalium*, antigo

instrumento de tortura.

Para Boaventura de Sousa Santos, “as alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos”. (SANTOS, 2005)

Conclui-se, assim, que as atividades econômicas fornecem o sustento e o incentivo material, enquanto o sentimento de vínculo e os processos de educação e integração social gerado em torno delas fornecem a energia e o entusiasmo para persistirem. É por isso que o projeto acredita que ressignificar o trabalho, por meio de prática cooperativistas e solidárias, é também ressignificar a vida.

NOTAS

¹ Nas palavras de Boaventura Sousa Santos: “(...) no século XXI só há universidade quando há formação graduada, pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer um destes, não há ensino superior, não há universidade”. (SANTOS, 2004)

² Informações colhidas no Plano Global Específico da Vila Acaba Mundo, elaborado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), em 2000.

³ O capital humano deverá ser entendido como o desenvolvimento das potencialidades, capacidades e habilidades humanas, processo essencial e complementar à constituição de capital social. No projeto, todas as oficinas, debates, cursos e atividades propostas visam cumprir o papel de aprofundamento das relações sociais de trabalho, fortalecimento dos laços comunitários, contribuindo para a constituição de capitais social e humano.

⁴ Embora tenha sido descoberto mais tarde que esse dado não é verídico, optou-se por manter o nome pelo que agora ele significa para grupo. relações sociais e cotidianas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. *Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário*. Ensaio escrito para a Rede de Ação Comunitária, Irlanda, dez./1998. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/artigospublicacao>>. Acessado em: 10/4/2008.

BIGNOTTO, Newton. *Três maneiras de se criar uma cidade*. In: Adauto Novaes. (Org.). *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v., p. 79-115.

COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE (URBEL). *Plano Global Específico da Vila Acaba Mundo*, 2000.

DELGADO, Gabriela Neves. *Opção pelo direito do trabalho*. *Estado de Minas*. Caderno Opinião, set./2006.

EID, Farid; GALLO, Ana Rita. *Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar*. Disponível em: <<http://www.itoi.ufrj.br/sempe/t7-p22.htm>>. Acessado em: 20/9/2007.

GUSTIN, M. B. S. Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos. *Revista da Faculdade de Direito*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 47, p. 181-216, 2005.)

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. *Re-Pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática*. 2. ed. revista, ampliada e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 268 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sônia M. Portella (org). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep/Mec, 2005.

Ana Cláudia de Souza Inez, Cíntia de Freitas Melo, Daniel Carvalho Ferreira, Fábio André Diniz Merladet, Mariane dos Reis Cruz, Samara Pires Neto, Tarcísio Passos Júnior e Samara Pires Neto são graduandos da Faculdade de Direito da UFMG e pesquisadores-extensionista do projeto

Renata Versiani ScottVarella é bacharel em Direito

Raquel Portugal Nunes é mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG e técnica do Programa Polos de Cidadania

Orientadoras: Professoras doutoras Gabriela Neves Delgado e Miracy Barbosa de Sousa Gustin